

**ASSOCIAÇÕES E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE BRASILEIRA, UMA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO**

*ASSOCIATIONS AND THE STRENGTHENING OF FAMILY AGRICULTURE:
A LOOK AT BRAZILIAN, A REMAINING COMMUNITY OF QUILOMBO*

**Kleber Avila Ribeiro
Edna Souza Moreira
Aldinéia Marques Rodrigues
Aline Reis de Souza**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
ribeirokleber68@gmail.com, esmoreira@uneb.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender por que os agricultores familiares da comunidade Brasileira não se organizam em associações com intuito de promover o fortalecimento da agricultura familiar no município de Bom Jesus da Lapa - BA. Buscou-se ainda, traçar o perfil dos agricultores familiares, identificar a concepção que eles têm de associações e compreender como elas podem contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar. A pesquisa foi realizada sob a ótica da abordagem qualitativa. Adotou-se a pesquisa participante para a condução da investigação e alcance dos objetivos propostos, sendo adotados ainda, procedimentos de coleta de dados, tais como, a aplicação de questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas. Tais instrumentos foram importantes para o alcance de informações relevantes para a realização da análise de dados por meio da técnica de triangulação. Durante pesquisa de campo, realizou-se coleta de dados primários com todos os agricultores da comunidade objeto deste estudo, o que contribuiu significativamente para o alcance dos resultados almejados. Com base nos dados coletados pode-se perceber a importância da agricultura familiar para a geração de emprego e renda, bem como a necessidade de organização da produção agrícola realizada dentro da comunidade Brasileira. Foi possível identificar a existência de uma associação no quilombo voltada apenas para atividades sociais, os agricultores pretendem organizá-la para que, por intermédio da associação, possam inserir os excedentes produzidos em suas respectivas propriedades em outros mercados.

Palavras - chave: Agricultura familiar. Associações. Organização produtiva

ABSTRACT

This study aims to understand why the farmers of the Brazilian community is not organized in order to associations to promote the strengthening of family farming in Bom Jesus da Lapa - BA. We attempted to further define the profile of family farmers, identify the design they have associations and understand how they can contribute to the strengthening of family farming. The survey was conducted from the perspective of qualitative approach. Was adopted participatory research for the conduct of research and achieve the proposed objectives, and also adopted, data collection procedures, such as the application of structured questionnaires and semi-structured interviews. These instruments were important to the scope of information relevant to the completion of data analysis through triangulation. During field

Revista Desenvolvimento Social Nº 20/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

research, there was primary data collection with all farmers in the community object of this study, which contributed significantly to the achievement of desired results. Based on the data collected can realize the importance of family farming to generate employment and income, as well as the need for organization of agricultural production, within the Brazilian community. It was possible to identify the existence of an association focused on quilombo just for social activities, farmers intend to organize it so that, through the association, can enter the surplus produced in their respective properties in other markets..
Key words: family farming. Associations. Productive organization

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido tendo como objetivo compreender por que os agricultores familiares da comunidade Brasileira, uma comunidade remanescente de quilombo, não se organizam em associações para viabilizar o fortalecimento da agricultura familiar, trazendo a temática da agricultura familiar e o papel das associações no fortalecimento desse segmento.

Desse modo, apresenta resultados e considerações sobre a pesquisa realizada na Brasileira, comunidade localizada no Quilombo Rio das Rãs, interior do município de Bom Jesus da Lapa - BA. A pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, além disso, adotou a pesquisa participante para condução da investigação e alcance dos objetivos propostos, sendo adotados ainda, procedimentos de coleta de dados, tais como, a aplicação de questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas. Os dados foram coletados tendo como sujeitos da pesquisa todas as famílias da comunidade, o que possibilitou o alcance de dados e informações relevantes, que foram analisados por meio da técnica de triangulação.

Em sua maioria formada por pequenos agricultores, os moradores da comunidade Brasileira têm como principal fonte de renda a agricultura familiar, visto que, de forma habitual, comercializam os excedentes, produzidos no âmbito da propriedade rural, para prover o sustento da família. No entanto, durante pesquisa de campo, observou-se a falta de união dos agricultores e de organização no tocante à produção, o que termina se tornando grandes entraves para o desenvolvimento da atividade agrícola na comunidade em questão. Assim, o desafio do presente estudo é compreender por que essas famílias não unem forças, mediante trabalho de cunho associativista para desenvolver a agricultura, tendo em vista o importante papel que as formas associativas desempenham no alcance dos objetivos.

As formas associativas apresentam relevante importância, principalmente pela possibilidade de trocas de experiência e de convivência entre as pessoas se constituindo em oportunidade de crescimento e desenvolvimento. Logo, é necessária no meio rural a constante busca de ações por meio de práticas associativas, no intuito de concretizar objetivos e interesses comuns e constituir um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local.

O associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência. Com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva das quais todos são beneficiários. Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado (MAPA, 2016).

Existem varias formas de se organizar, seja em associações ou em forma de sociedades cooperativas, para realizar interesses comuns em um grupo, o presente estudo detalhará na fundamentação teórica as principais ferramentas utilizadas no meio rural com esse objetivo. Assim sendo, o estudo utiliza a associação como possibilidade para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar na comunidade Brasileira e como meio de facilitação do acesso dos agricultores familiares da comunidade às principais políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar.

Nesse contexto, foram analisadas como as associações podem colaborar no sentido de fortalecer a agricultura familiar e a possibilidade de fornecer os meios para que esses agricultores tenham acesso às políticas públicas disponíveis para esse segmento, compreendendo ainda, a razão pela qual os moradores da Brasileira não utilizam essa ferramenta como uma forma de buscar melhorias em suas atividades produtivas. O trabalho também buscou identificar o perfil das famílias estudadas, assim como o entendimento **delas** sobre formas associativas e associações, bem como a importância delas no fortalecimento da agricultura familiar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho utilizou uma abordagem qualitativa, por dar relevância a aspectos peculiares e abordar em profundidade as características dos agricultores familiares da comunidade Brasileira. Na pesquisa qualitativa o pesquisador busca compreender a realidade estudada, de acordo com o ponto de vista dos participantes que compõem o estudo, fazendo sua interpretação após a análise dessa realidade. Segundo Merriam (1998, p. 5), pesquisa qualitativa “é um conceito guarda-chuva cobrindo algumas formas de investigação que nos ajuda a entender e explicar o significado do fenômeno social com a menor quebra possível do ambiente natural”. Assim, a pesquisa qualitativa possibilitou o entendimento do modo de vida das famílias da comunidade, as dificuldades enfrentadas por essas famílias, bem como, seus anseios de melhorias no ambiente em que estão inseridos.

Esteban (2010, pg.129), enfatiza que “nos estudos qualitativos, o próprio pesquisador se constitui no instrumento principal que, por meio da interação com a realidade, coleta dados sobre ela”. Fica evidente assim, a importância de se construir uma relação entre pesquisador e pesquisado para melhor coleta dos dados.

Para adentrar a campo e realizar a pesquisa foram utilizados instrumentos como o termo de consentimento livre e esclarecido (solicitando a participação dos sujeitos na pesquisa e esclarecendo os objetivos e procedimentos utilizados na investigação), e durante o processo de realização da pesquisa, os procedimentos metodológicos utilizados para coleta de dados foram os questionários estruturados e as entrevista semiestruturadas.

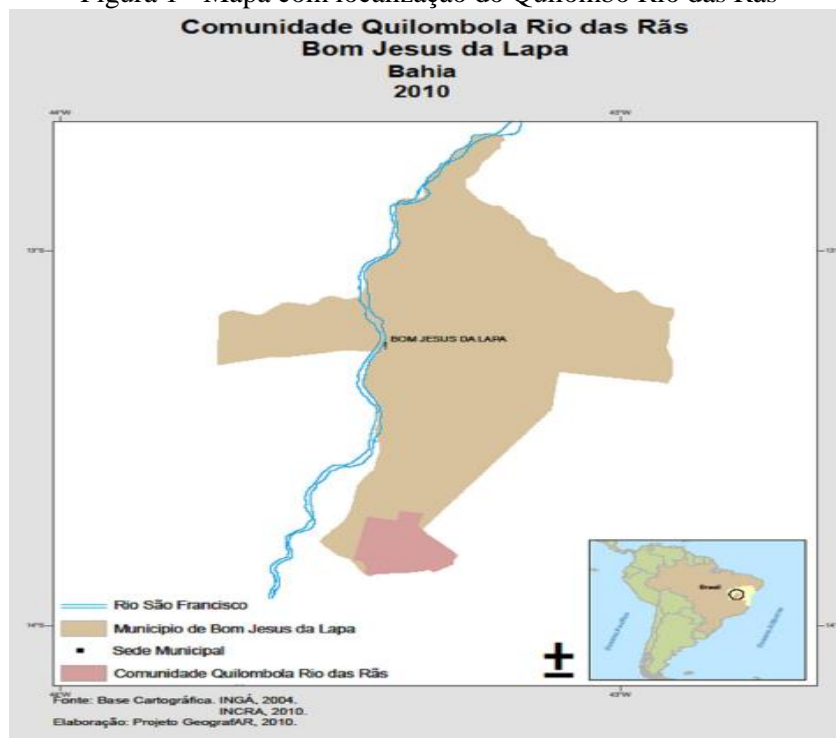
Durante a pesquisa foram aplicados 108 questionários aplicados no período da coleta de dados, além de entrevistas semiestruturadas. A maioria dos entrevistados é do sexo masculino, casados, com faixa etária entre 31 e 60 anos, com ensino fundamental incompleto, tendo apenas um concluído o ensino médio, os quais foram escolhidos a partir da contribuição que poderiam oferecer na discussão da temática da investigação. Os entrevistados têm como principal fonte de renda a agricultura, pecuária e pesca, com destaque para o cultivo de mandioca, milho, feijão e, recentemente, o plantio de hortaliças.

O contato com os agricultores familiares e suas famílias transformou-se num espaço fecundo para conhecer a realidade estudada, oportunizando a ampliação da participação dos sujeitos, sendo eles, as famílias da comunidade Brasileira, que contribuíram de forma significativa para a realização deste estudo.

CONHECENDO O TERRITÓRIO: COMUNIDADE BRASILEIRA

Para elaboração do presente trabalho, utilizou-se como objeto de estudo a comunidade Brasileira, comunidade esta remanescente de quilombo, localizada no Quilombo Rio das Rãs, situado à aproximadamente 60 km da sede do município de Bom Jesus da Lapa-BA, como pode ser visto na figura 1.

Figura 1 - Mapa com localização do Quilombo Rio das Rãs



Fonte: SILVA, 2014

Localizado à margem direita do rio São Francisco, instituído pela lei estadual nº 1.682, de 31-08-1923, o município de Bom Jesus da Lapa está situado na região Oeste do Estado da Bahia, distante aproximadamente 796 km de Salvador, dispendo de uma área total de 4.148,5 km². A população do município é de 63.480 habitantes, das quais 20.381 (32,1%) residem na zona rural, e 43.099 (67,9%) residem na zona urbana. Suas atividades econômicas estão baseadas na agricultura, comércio, turismo e pesca (IBGE, 2010).

O município de Bom Jesus da Lapa é marcado por um número significativo de comunidades remanescentes de quilombos, inclusive no número de quilombos reconhecidos. Ao total são 11 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, sendo elas Patos, Bandeira, Fazenda Jatobá, Juá, Lagoa do Peixe, Nova Batalinha, Rio das Rãs, Barrinha, Bebedouro, Fortaleza e Peroba. Dentre essas, apenas o Quilombo Rio das Rãs recebeu a titulação de suas terras.

O Quilombo Rio das Rãs compreende uma área de mais de 38 mil hectares com aproximadamente 590 famílias, distribuídas por diversos pontos ao longo de seu território nas localidades conhecidas como Brasileira, Capão do Cedro, Exu, Riacho Seco, Mocambo, Pau Preto, Retiro e Rio das Rãs (Amorim e Germani, 2005), sendo a comunidade de Brasileira a área de estudo dessa pesquisa.

A comunidade Brasileira está situada no Quilombo Rio das Rãs localizado à aproximadamente 60 km da sede do município de Bom Jesus da Lapa – BA. A comunidade Brasileira é a segunda maior comunidade no território do Quilombo Rio das Rãs, tem uma

população de aproximadamente 320 habitantes em 100 famílias¹. A população é constituída na sua maioria por agricultores familiares, que tem como principais fontes de renda, a pecuária, a pesca e a agricultura, com destaque para o cultivo de mandioca, milho, feijão e recentemente o plantio de hortaliças, mantendo assim, o sustento da família.

AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITUAÇÃO, TRAJETÓRIA BRASILEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Conceituação

A agricultura familiar está presente desde a origem dos primeiros agrupamentos humanos. Entretanto, este termo só passou a ser utilizado no meio acadêmico a partir da década de 1990, uma vez que até esse período essa categoria era denominada de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. Segundo Chalita (2004, p.38), baseada em Schneider (1999), “o tema da agricultura familiar só toma forma na academia como objeto de investigação específico a partir de meados dos anos 1990, uma vez que os estudos anteriores centravam-se ora na produção camponesa, ora na pequena produção”.

Os termos campesinato e pequena produção são trabalhados por alguns autores como raiz histórica para formação do conceito de agricultura familiar. Wanderley (2001, p. 52), considera que esse agricultor, “mesmo que moderno, inserido ao mercado, guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos”, defendendo que o agricultor não rompeu totalmente com as formas anteriores, sendo portador de uma tradição camponesa.

Entretanto, existem autores que apresentam pensamentos contrários, considerando a agricultura familiar como um termo novo, sem nenhuma herança das terminologias anteriores. Esse pensamento pode ser observado na fala de Abramovay (2007, p. 33), “uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*”, ficando clara a disparidade de opiniões entre os autores.

Dessa forma, fica evidenciada a grande dificuldade em conceituar a agricultura familiar, levando em consideração as divergências entre os autores que discutem o tema. No entanto, percebe-se que na literatura em geral, a melhor definição de agricultura familiar é aquela cuja unidade de produção é gerenciada pela família, a maior parte do trabalho é desempenhado pela família, e os fatores de produção pertencem à família (exceto, às vezes, à terra).

A agricultura familiar apresenta uma característica multifuncional, que compreende a segurança alimentar, a função social, a função ambiental e a função econômica, quando desempenha varias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de alimentos. Segundo Altafin (2007, p.19), a função de segurança alimentar deve ser “observada por duas dimensões, quanto à produção agrícola em si que é capaz de fornecer volumes de alimentos ao mercado e à capacidade de possibilitar o acesso aos alimentos”. Desse modo, a agricultura familiar, mesmo com poucos recursos e dificuldades na realização das atividades, apresenta-se como indispensável, não apenas na produção de alimentos, mas também no acesso a eles, pois através da distribuição de renda e geração de empregos possibilita que milhões de pessoas tenham condições para acessá-los.

A função social da agricultura familiar é reconhecida por alguns fatores como cultura e tradição na forma da produção, que tem chamado a atenção das pessoas para o campo, para a vida simples do meio rural. Altafin (2007, p.19), argumenta que “essa tendência tem resultado

¹ Dados com base na pesquisa realizada pelas autoras em novembro de 2013.
Revista Desenvolvimento Social Nº 20/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

na valorização da tradição da agricultura familiar e no surgimento de diversas oportunidades de trabalho no meio rural”, melhorando socialmente o meio em que os pequenos agricultores familiares estão inseridos e contribuindo para significativas melhorias no campo.

A agricultura familiar tem um papel ímpar no que se refere à função ambiental da agricultura, por ter melhores condições para um desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental, e ainda, por estar relacionada com a produção de bens públicos, que não são definidos pelas regras do mercado, tais como moldar a paisagem rural, promover a conservação do solo, gerenciar os recursos naturais de modo sustentável e preservar a biodiversidade. Com relação a isso, Altafin (2007, p.20), afirma que

A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar (...).

Além disso, a produção familiar contribui também, para a diversificação do uso do espaço rural e possibilita práticas de exploração agrícolas que preservem o meio ambiente.

Agricultura familiar no Brasil: dados econômicos

Um país como o Brasil, caracterizado por um território vasto e diverso sob diferentes aspectos, faz com que o desempenho dos agricultores, familiares ou não, seja marcado por desigualdades em nível regional, onde as condições objetivas de produção variam, por motivos diversos, entre as regiões brasileiras e até mesmo dentro de cada região. Diante dessa premissa, Souza Filho et al. (2005, p.40), discorre que “o universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo, inclui desde família muito pobres...até famílias com dotação de recursos”.

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, criada no intuito de estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, no seu Art. 3º considera

(...) agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento, ou empreendimento na forma definida pelo Poder Executivo; IV – dirige seu empreendimento ou estabelecimento com sua família.

Essa delimitação legal do conceito de agricultor familiar é abrangente o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no país. Observa-se que o uso do termo “agricultura familiar” no Brasil se refere a múltiplos conceitos, que inclui diferentes tipos e situações, em âmbito territorial, regional, municipal e até mesmo local.

Altafin (2007, p.19), baseada em dados do estudo INCRA/FAO (2000), argumenta que “o universo da agricultura familiar exibe grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas”. Mostrando o desempenho da agricultura familiar no desenvolvimento do país, mesmo com a limitação de recursos que esse grupo enfrenta. Entretanto, a autora alega ainda, “que neste setor está metade dos brasileiros em situação de risco, vivendo abaixo da linha da pobreza”, ou seja, apesar da grande capacidade de produção desses agricultores, existe uma disparidade entre os mesmos, tornando-os relativamente desiguais.

Essa discrepância econômica pode estar relacionada à diferenciação das unidades familiares quanto ao tamanho, à forma de produção, recursos (naturais e tecnológicos) e a comercialização dos produtos. Nessa perspectiva, Souza Filho et al. (2005, p.14), argumentam que:

(...) A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, à heranças culturais variadas, à experiências profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais, os recursos naturais, o capital humano e o capital social, e assim por diante. (...)

As diferenças citadas são notáveis entre as regiões brasileiras, quando se observa alguns fatores como a diversidade de clima e solo, o processo de formação e colonização, o tipo de exploração, o desenvolvimento da indústria, a vegetação e a extensão territorial. O Brasil é composto por cinco regiões, e todas elas se diferem no desenvolvimento da agricultura e até mesmo no tipo de produtos. Altafin (2007, p.19), argumenta que “é fundamental a valorização do conhecimento dos agricultores e a reflexão sobre as particularidades de cada local”, essa diversidade entre as regiões também é percebida na agricultura familiar, sendo necessário que cada região desenvolva métodos de trabalhar essas peculiaridades, utilizando as experiências para manter as formas tradicionais de produção.

Os dados do Censo Agropecuário 2006, demonstram que foram registrados mais de quatro milhões e 360 mil estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, representando 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Quanto à mão-de-obra empregada nessas unidades, de acordo com último censo realizado, há 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar, o que corresponde a 74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006).

A agricultura familiar atua como importante ferramenta para geração de emprego e auxilia na distribuição de renda, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social local. Do Carmo (1999, apud GOIS 2011, p. 226), ressalta que “a agricultura familiar é uma forma de organização da produção que considera a produção/rentabilidade econômica e também as necessidades e objetivos da família para orientar as decisões referentes à exploração agrícola”, logo, a agricultura familiar é utilizada não somente para a subsistência da família, mas também como principal fonte de renda das mesmas.

Essa importância transcrita em números revela o quanto a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento do País. É responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agrícola, corresponde a mais de 74% da mão-de-obra ocupada nas propriedades rurais do país, além de responder pela maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros (MDS², 2010). Guilhoto et al (2007, p. 22), destacam ainda que “o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2005, por 9,0% do PIB brasileiro, equivalente a R\$ 174 bilhões em valores daquele ano”.

Ao analisar esses dados, observa-se a importância dos agricultores familiares para o desenvolvimento do país, contudo, quando se analisa a área ocupada por esses agricultores percebe-se que ela representa apenas 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas brasileiros. Assim, segundo o IBGE (2010), esses resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país, no qual as unidades não familiares, embora representem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área. No entanto, fica evidenciado que mesmo cultivando uma área menor com lavouras, a agricultura familiar é uma importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

² Ministério do Desenvolvimento Social

Políticas públicas para a agricultura familiar

As políticas públicas têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento de regiões e países ao longo da história. Segundo Teixeira (2002, p. 2), “políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Logo, compreende-se que através das políticas públicas, o poder público intervém na sociedade com o objetivo de criar condições estruturais para promover o desenvolvimento econômico e social do país.

Guareschi (2004, p. 180), define políticas públicas como “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda em diversas áreas”, assim, as políticas públicas surgem com o intuito de atender as necessidades da sociedade, sobretudo de determinados segmentos sociais, como é o caso da agricultura familiar.

Na realidade agrária brasileira, as políticas públicas específicas para a agricultura familiar é um fato recente se considerarmos os programas direcionados para essa categoria de produtor rural, “[...] até o início da década de 90, não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares [...]” (MATTEI, 2005, p. 11).

Até a década de 1990, as políticas públicas para o meio rural eram voltadas, sobretudo, para as grandes e médias propriedades capitalistas, caracterizadas por grandes extensões de terra, uma vez que o segmento da agricultura familiar acabou ficando à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola. Sobre essa fase Mattei argumenta que

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, como a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das commodities, voltadas ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, o resultado disso foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção. (MATTEI, 2005, p. 11)

Somente na década de 1990 começa a se pensar em políticas de um modo mais específico que atenda a demanda dos agricultores familiares, que estimule desde a produção até a comercialização. A conquista dessas políticas só foi possível graças às reivindicações dos movimentos formados por trabalhadores rurais e pequenos produtores.

Esse cenário de lutas por melhores condições de vida no campo e fortalecimento da agricultura resultou na criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, que surgiu a partir das reivindicações dos agricultores familiares no governo de Itamar Franco, em 1994, que utilizava recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sobre esse programa Mattei diz que

O PROVAP seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o PROVAP tenha tido resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, sua importância consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais. (MATTEI, 2005, p. 12-13)

No governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o PROVAP foi completamente reformulado, tanto no modo como foi concebido quanto em sua área de atuação e foi a partir

dessas modificações que surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Portanto, O PROVAP teve uma trajetória curta, mas foi um programa muito importante para os agricultores familiares, pois possibilitou o surgimento do programa de maior abrangência nacional voltado para a agricultura familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado por meio do Decreto Presidencial nº. 1.946, de 28 de Junho de 1996, surgiu como resultado de diversas reivindicações dos trabalhadores rurais por uma política pública específica e diferenciada para agricultura familiar e, atua com linhas de crédito rural, infraestrutura e serviços aos municípios, assistência técnica e extensão rural, capacitação e pesquisa.

Segundo Gois (2011, p.145), baseado em Gasques et al (2005), “o Pronaf é entendido como um programa de crédito à produção e ao investimento com foco na agricultura familiar e nos assentados da reforma agrária [...]”, sua principal finalidade é estabelecer diversas ações e garantir os recursos para o apoio às atividades produtivas do segmento da agricultura familiar brasileira.

O programa é composto dos seguintes grupos: “A”, “A/C”, “B”. Também disponibiliza linhas de crédito especiais para públicos e atividades específicas, tais como; Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia, Pronaf ECO, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, e Pronaf Cota-Parte.

O Pronaf - Grupo A é destinado aos agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (ProCera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

O Pronaf Grupo - A/C tem como público os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que já contrataram a primeira operação no Grupo “A” e não tenham contratado operação de custeio, salvo se no próprio Grupo "A/C" .

O Pronaf - Grupo B destina-se aos beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), não superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.

Além do Pronaf, o governo cria outras políticas para o segmento da agricultura familiar, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS (2003), o programa foi criado em julho de 2003 pela Lei 10.696/03, para incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento às populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar.

Esse programa é um instrumento complementar ao PRONAF, constitui-se como uma forma de apoio à comercialização dos produtos alimentícios da agricultura familiar, onde o governo adquire os alimentos, sem necessidade de licitação, e um percentual deles é doado para pessoas em risco alimentar, sendo considerado como uma das principais ferramentas que compõe o Programa Fome Zero.

O PAA tem operado atualmente através de 04 mecanismos de compra: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra Direta Local da Agricultura Familiar, Compra Antecipada Especial e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, sendo o primeiro deles operacionalizado pelo MDS, através de convênios com prefeituras e estados, e os demais são executados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Outra política pública específica para o segmento da agricultura familiar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado pela Lei Federal nº 11.947/2009. Essa lei
Revista Desenvolvimento Social Nº 20/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

determina que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

A Secretaria da Agricultura Familiar propõe que a aquisição de gêneros alimentícios seja realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade, sendo obrigatoriamente necessária a utilização dos produtos agrícolas nas refeições diárias dos alunos da rede pública de ensino.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário aponta como principais oportunidades do PNAE para a agricultura familiar: a capacidade de produção da mesma como fornecedora de alimentos diversificados e de qualidade; a sensibilização crescente das Prefeituras para vislumbrar o PNAE como instrumento de desenvolvimento local; a conscientização crescente da sociedade para a necessidade de hábitos alimentares saudáveis, preservação das tradições alimentares locais e da produção com baixo impacto ambiental.

Essas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar também são direcionadas para as comunidades remanescentes de quilombos, sendo necessário, que esses agricultores busquem o acesso a elas por meio dos órgãos responsáveis por sua implantação em cada município. Assim, é possível identificar as necessidades de cada local e as políticas públicas indispensáveis para a organização de sua produção e o desenvolvimento das atividades produtivas. No caso do PRONAF, a linha que mais se enquadra com as características dos quilombolas é a do PRONAF B, que “destina-se as famílias agricultoras, de pescadores, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvem atividades produtivas no campo” (VARGAS, 2012, p.65). Ela foi criada como uma linha de combate a pobreza rural, para financiamento de atividades agrícolas ou não, permitindo a estruturação e a diversificação das unidades produtivas rurais.

Assim, é imprescindível que essas políticas públicas se tornem realidade no meio rural, no sentido de melhorar as condições de vida no campo, onde os produtores possam tornar seus estabelecimentos em unidades de produção agrícolas sustentáveis, principalmente sob a perspectiva econômica e social, buscando a redução da pobreza rural e a diminuição da migração para centros urbanos.

FORMAS ASSOCIATIVAS: PRINCIPAIS MEIOS DE ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A agricultura familiar tem se mostrado de grande relevância para o Brasil no tocante à geração de emprego e renda e na produção de alimentos, contribuindo de modo expressivo como elemento catalizador capaz de promover o desenvolvimento econômico e social nas diversas regiões do País.

As formas associativas são diversas, também denominadas formas de organização de grupos ou de organização produtiva, que se constituem com objetivos comuns, ou que reivindicam e buscam interesses dos menos favorecidos. Esses grupos podem atuar em diferentes esferas da sociedade, buscando desenvolver ações que impactem em benefícios aos seus participantes. Essas ações podem ser observadas em equipes que buscam melhorias para a sociedade, como na educação, na saúde, no meio ambiente e no fortalecimento de pequenos produtores rurais, por exemplo.

Percebe-se que as pessoas organizadas desenvolvem uma melhor capacidade política e de articulação para alcance de seus objetivos, pois unidos, as dificuldades e potencialidades

são compartilhadas com todos, chegando a uma melhor resolução dos problemas. Cada tipo de forma associativa desenvolve objetivos diferentes, e formas de alcançá-los também, alguns exemplos são as cooperativas, as associações e os sindicatos.

O cooperativismo nasce da união de pessoas que juntas buscam atingir objetivos econômicos, com a finalidade de conseguir benefícios para seus cooperados por meio de ações coletivas, através de uma gestão democrática e participativa. Assim, Frantz argumenta que

(...) nas organizações cooperativas se reconhece como elementos comuns as seguintes características: são sociedades de pessoas; a associação é livre; os fins são comuns; do empreendimento econômico coletivo emprega os meios de todos os associados e o seu risco é também comum; a ordem social e econômica da organização cooperativa se apóia não na competição entre os seus membros, mas no entendimento, na solidariedade, com relação aos objetivos comuns. (FRANTZ, 2012, p.25).

As cooperativas tomaram como fundamento a cooperação, tendo como finalidade a melhoria das condições econômicas através da concepção de uma sociedade de interesse comum, destinada a prestar serviços aos seus associados sem necessidade de intermediários. Logo, a cooperativa desempenha fins econômicos, diferentemente das associações desempenham estritamente fins sociais, sendo essa a principal diferença entre as duas.

As associações são pessoas jurídicas de direito privado constituídas de pessoas que reúnem os seus esforços para a realização de fins não econômicos. Os objetivos das associações são: altruísticos, científicos, artísticos, beneficentes, religiosos, educativos, culturais, políticos, esportivos ou recreativos. O que distingue as associações das demais formas associativas é o fato de não visarem lucro e nesta perspectiva o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), define a associação como

Qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos (SEBRAE, 2009, p.8).

Dessa forma, as associações se apresentam como uma importante forma de organização da sociedade. Por sua vez, os sindicatos se apresentam como associações de pessoas físicas ou jurídicas, que exercem atividade profissional ou econômica, para a defesa de interesse dos sindicalizados. Assim Mauricio Delgado define sindicato como

Entidades associativas permanentes, que representam trabalhadores vinculados por laços profissionais e laborativos comuns, visando tratar de problemas coletivos das respectivas bases representadas, defendendo seus interesses trabalhistas e conexos, com o objetivo de lhes alcançar melhores condições de labor e vida. (DELGADO, 2007, pg.1325)

Por conseguinte, os sindicatos são órgãos reconhecidos e consolidados na sociedade, atuando nas negociações com os empregadores, através de reivindicações na sua maioria, em relação aos salários, à jornada de trabalho e o cumprimento da legislação social, regulamentando e fiscalizando as atividades de cada profissional.

Nesta pesquisa, trabalharemos com a associação por ser a forma que os agricultores familiares mais procuram no momento de se organizar, pois permite que os mesmos desenvolvam o ambiente em que estão inseridos.

Associação

Associações são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas que se organizam visando o bem estar comum e o desenvolvimento de atividades sem fins lucrativos. Elas são importantes ícones na união de pessoas, e podem formar grupos de diferentes finalidades, em diversos tipos de negócios, sejam eles, econômicos, políticos, sociais, entre outros, prestando serviços, realizando atividades, em um conjunto de interesses, podendo ser formais, legalmente organizadas, ou informais, sem valor legal.

O direito a criação de associações é garantido na Constituição Federal, em seu título II: dos direitos e garantias fundamentais, capítulo I: dos direitos e deveres individuais e coletivos, artigo 5º, inciso XVIII, onde discorre que “é garantido aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a criação de associações, na forma da lei” (BRASIL, 1988), e a base legal para a constituição das associações encontra-se no Código Civil Brasileiro, no capítulo II: Das Associações, nos artigos 53 aos 61. O art. 53 do Código dispõe que “as associações se constituem pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (BRASIL, 2002), nos próximos artigos são elencados todos os pressupostos legais para a constituição e realização das atividades associativas.

Um dos principais objetivos das associações é defender os interesses específicos de seus associados, seja na hora de comprar a matéria-prima ou de garantir meios para a obtenção de preços justos na venda ou divulgação dos produtos. O trabalho associativo possibilita o crescimento pessoal e profissional, uma vez que, se houver interesse, as habilidades de uns podem ser aprendidas pelos outros, havendo uma troca de informação entre seus membros. Na visão de Pinheiro,

As associações passaram a ser vistas como um tipo de organização ideal, pois combinavam a possibilidade de participação democrática de todos os membros com as vantagens de uma coletividade organizada, pesada em termos de uma maior capacidade de pressão por benefícios para o grupo. (PINHEIRO, 2001, p. 348)

As associações de agricultores rurais são as que mais se destacam no segmento de organização dessa categoria. Segundo Sabourim (2009, p.88), “a associação de produtores é o modelo que mais se desenvolveu durante os últimos 30 anos”, percebe-se então o elevado crescimento desse tipo de organização e isso aconteceu devido alguns fatores, sendo um deles “a existência de apoio e financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários” (SABOURIM 2009, p.88). Para obterem acesso a essas políticas públicas, em alguns casos, estar organizado coletivamente é uma necessidade básica, no entanto, muitas vezes o simples fato de estar organizado em grupo facilita o acesso a essas políticas, não sendo obrigatoriamente uma exigência dos projetos.

O associativismo rural pode ser entendido como um instrumento de luta dos pequenos produtores, a favor das melhorias de vida no campo, e contra as injustiças existentes no meio rural, proporcionando a permanência na terra, como também, uma estratégia de resistência social, através do aumento da capacidade de inserir sua produção, que geralmente é em pequena escala, no circuito econômico. “Tais movimentos recentes têm em comum a preocupação em relação a temas como a obtenção de crédito agrícola, a melhoria das condições de produção e a comercialização” (PINHEIRO, 2001, p. 337). No meio rural, especificadamente na agricultura familiar, o associativismo é uma ferramenta de organização importante, pois o agricultor, quando associado, tem mais facilidade para acessar as políticas públicas voltadas para esse segmento.

As associações de produtores rurais são formadas em sua maioria por membros de uma comunidade que tem algum objetivo específico, geralmente produtivo ou econômico, Revista Desenvolvimento Social Nº 20/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

tendo sua estrutura e requisitos para funcionamento, fundamentados na legislação brasileira. São “associações de direito civil, sem fins lucrativos, cuja obrigação consiste em redigir e registrar seus estatutos, eleger e renovar uma direção e um conselho de vigilância” (SABOURIM 2009, p.89), respeitando assim, os artigos do Código Civil que regulamentam as associações, já mencionados anteriormente.

Os produtores, organizados em associações, possuem mais poder para reivindicar junto ao Governo o apoio à construção e à manutenção de bens de utilidade pública, como postos de saúde, escolas, estradas. Pelo fato de congregarem um número significativo de pessoas e não terem fins econômicos, as associações são reconhecidas como de interesse público, beneficiando-se de recursos financeiros diversos, originários de órgãos governamentais, quase sempre repassados com juros diferenciados ou mesmo inexistente, e de programas governamentais específicos.

A associação como ferramenta de organização produtiva dos pequenos produtores torna-se uma alternativa propulsora do desenvolvimento local, envolvendo fatores sociais, culturais e políticos, como afirma Pinheiro:

As associações de produtores desempenham um papel fundamental não só para o encaminhamento de demandas ligadas à produção e à comercialização, (...), mas também, para o desenvolvimento de novas formas de relacionamento social, construção de identidade, formação de novas lideranças políticas e colocação de novos problemas na pauta de reivindicações dos agricultores familiares. (PINHEIRO, 2001, p. 337-338).

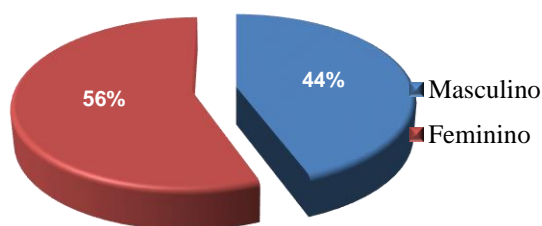
Constituindo-se assim, em exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana desses agricultores e para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No primeiro bloco do questionário buscou-se traçar o perfil dos agricultores familiares, direcionando perguntas específicas para o responsável pela família, tais como: sexo, estado civil, idade e escolaridade.

Os dados apresentados no gráfico 1, mostram que mais da metade dos entrevistados são do sexo feminino, no entanto isso não deve ser levado ao pé da letra, pois deve-se ao fato das mulheres terem respondido os questionários, já que elas estavam em casa no momento da aplicação dos mesmos. Esse resultado não interfere na pesquisa, uma vez que a produção acontece no seio da família, e como veremos adiante a maioria delas são formadas por um casal que desenvolve a atividade agrícola.

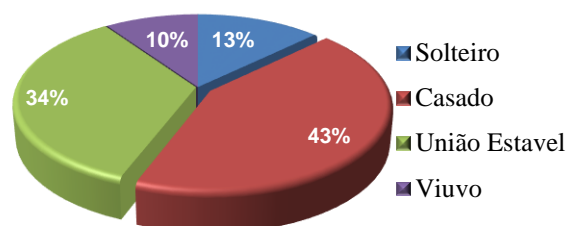
GRÁFICO 1 – Sexo dos agricultores familiares



Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

Quanto ao estado civil dos agricultores, como pode ser observado no gráfico 2, observa-se que em sua maioria são casados, e que o número de casais com união estável também é bastante significativo, somando as famílias onde há casais com união estável e casados, chega-se a 77% do total das famílias entrevistadas, um número expressivo, mostrando um pequeno número de solteiros e viúvos que compõem os habitantes da comunidade. Dessa forma, as atividades produtivas são desenvolvidas juntamente com a família, onde os homens ficam com o trabalho mais pesado na roça, enquanto as mulheres auxiliam seus parceiros e cuidam das pequenas plantações, como hortas e dos afazeres domésticos.

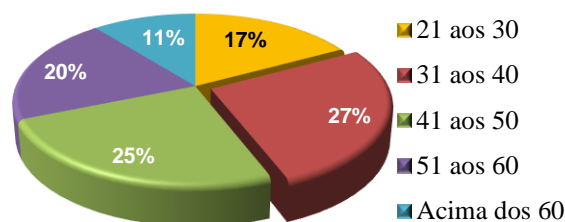
GRÁFICO 2 – Estado civil dos agricultores familiares



Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

Em relação à faixa etária dos agricultores familiares, os dados apresentados no gráfico 3 revelam que a maioria já passaram dos 30 anos, e que 45% deles estão entre 40 e 60 anos. Isso demonstra que quase metade dos agricultores já passou dos 40 anos, sendo eles os chefes das famílias, tendo sempre a ajuda dos filhos para realizar as atividades na roça.

GRÁFICO 3 – Faixa etária dos agricultores familiares



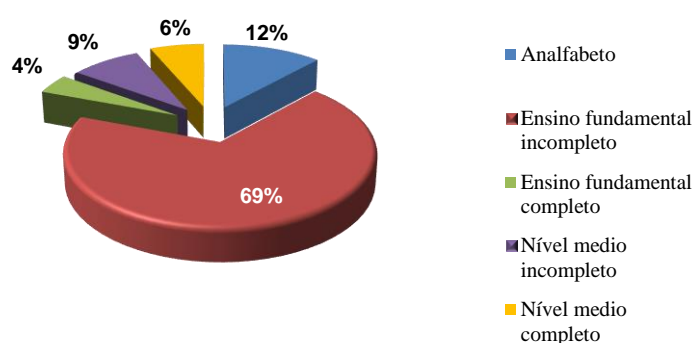
Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

A idade desses agricultores, sendo em sua maioria acima dos 40 anos, mostra que o número de famílias constituídas por jovens que tem como fonte de renda a agricultura familiar, é relativamente baixa, pois eles estão buscando outros tipos de trabalho, ou até mesmo se deslocando para outras regiões em busca de emprego. Na maioria das vezes, a família toda se desloca para esses centros urbanos, ou para trabalhar no corte de cana, ficando a maior parte do ano distante da comunidade, deixando de lado o trabalho no campo, como

destaca Silva (2010, p.112), quando diz que a saída dos jovens para o trabalho assalariado em outros centros, tornou-se “um desestímulo para a exploração das potencialidades existentes no próprio quilombo, já que a parte mais produtiva da mão de obra está migrando para o assalariamento nas fazendas”.

Quanto à escolaridade, observando-se no gráfico 4, nota-se que 69% dos agricultores familiares não concluíram o ensino fundamental, sendo um número bastante expressivo, o que mostra a baixa escolaridade dos mesmos. Deve-se levar em consideração a idade desses agricultores, pois, como mostrado anteriormente, quase metade já passou dos 40 anos, o que indica que eles tiveram dificuldades no acesso a educação. No entanto, também observou-se que muitos desses agricultores voltaram a estudar, através do programa TOPA – Todos pela Alfabetização.

GRÁFICO 4 – Nível de escolaridade dos agricultores familiares



Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

O nível de escolaridade mostra que grande parte dos agricultores familiares, embora tenham frequentado a escola, não conseguiram concluir o ensino fundamental, face às dificuldades encontradas para conciliar o trabalho na roça com o período de estudo ou outros problemas. Sobre essa questão Silva (2010, p. 103), mostra que “o sistema de educação no quilombo Rio das Rãs, até o início dos anos dois mil, se caracterizava pela precariedade e pela improvisação”, dessa forma, o percentual de analfabetos também se destaca na pesquisa, já que representa 12% dos entrevistados, pessoas que nunca tiveram a oportunidade de frequentar uma escola.

Composição e perfil das famílias

No segundo bloco do questionário buscou-se identificar a composição e traçar o perfil das famílias, com perguntas voltadas para o conjunto familiar, como quantidade de componentes, faixa etária e nível de escolaridade. Do Carmo (1999, apud GOIS 2011, p. 226), ressalta que “a agricultura familiar é uma forma de organização da produção que considera a produção/rentabilidade econômica e também as necessidades e objetivos da família para orientar as decisões referentes à exploração agrícola”, assim, é possível perceber que a composição da família é de suma importância no desempenho das atividades na agricultura familiar.

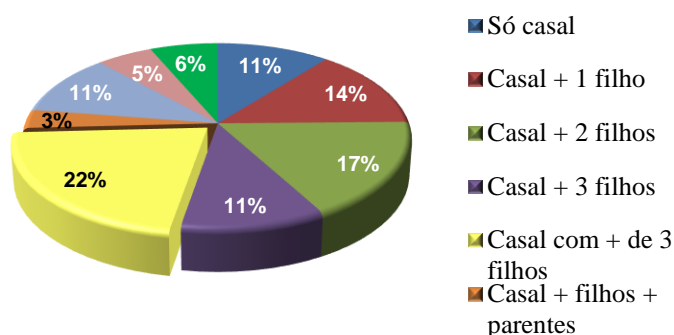
Neste aspecto, como pode ser observado no gráfico 5, observou-se que 33% delas são formadas por casal com mais de dois filhos, mostrando que na comunidade ainda é grande o

número de filhos por famílias, o que conseqüentemente sugere famílias grandes, e isso é relevante pois, como relata Silva (2010, p.79), no Quilombo Rio das Rãs um importante fator

“(…) para o êxito da agricultura de sequeiro é a disponibilidade de mão de obra familiar. Cada unidade familiar precisa dispor de muitos braços e disposição para preparar o solo em uma área de terra suficiente para suprir as necessidades de alimentação da família, e “colher no tempo certo” (…).

Assim, o número de pessoas que convivem no seio familiar e que divide as atividades produtivas é importante para o trabalho no campo, como afirma Buainain et. al (2007, p. 107), “ a mão-de-obra familiar é o principal ativo da agricultura familiar”, uma vez que, reduz a necessidade de contratação de trabalho temporário assalariado e possibilita a distribuição desse trabalho no tempo durante todo o ano.

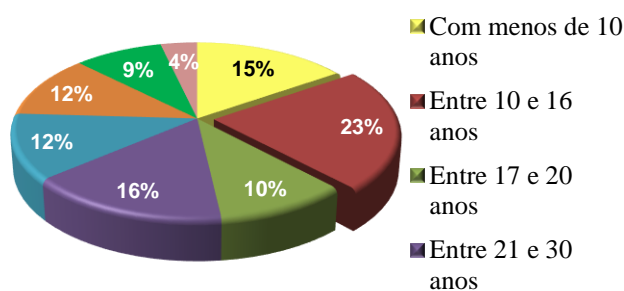
GRÁFICO 5 – Composição das famílias da comunidade



Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

De acordo com os dados apresentados no gráfico 6, a faixa etária dos componentes da família estão entre 10 e 16 anos de idade, com um percentual de 23%, mostrando que a maioria desses componentes são crianças e adolescentes que estão em fase escolar, o que indica que eles dividem o tempo para os estudos e as atividades na agricultura com a família. Assim, é importante despertar nesses jovens e adolescentes o interesse pelo desenvolvimento da agricultura e fazê-los entender que as atividades agrícolas podem desenvolver a comunidade e contribuir para a melhoria da renda das famílias, não sendo necessário deslocar-se em busca de emprego.

GRÁFICO 6 – Faixa etária dos componentes da família

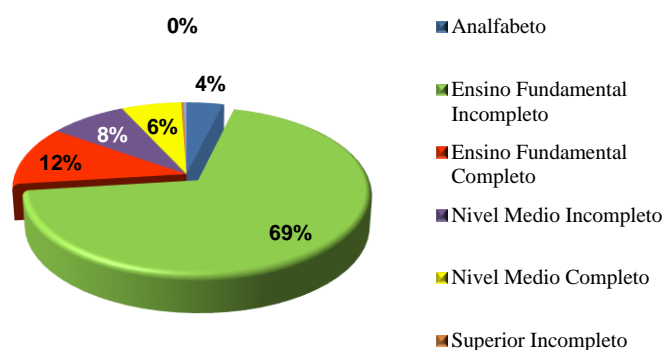


Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

No que diz respeito ao nível de escolaridade, observando-se o gráfico 7, os dados apontam que 69% dos componentes da família possui ensino fundamental incompleto. Porém, não se pode desprezar que 23% da população são crianças e adolescentes, de idade entre 10 e 16 anos que estão frequentando a escola no nível fundamental, e que os componentes da família acima dos 40 anos, em sua maioria, iniciaram o ensino fundamental, mas não conseguiram concluir e voltaram aos estudos através do TOPA. Por conseguinte, há um grande número de pessoas que ainda estão estudando e não concluíram o ensino fundamental, não sendo esse percentual somente de pessoas que abandonaram a escola.

O nível de escolaridade é relevante na pesquisa, como demonstra o gráfico 7, visto que possibilita verificar o nível de qualificação dos agricultores, proporcionando-lhes o acesso às novas tecnologias e técnicas de cultivo, visando a melhoria e qualidade da produção e a qualidade de vida das famílias. Como afirma Buainain et. al (2007, p. 97), “o nível educacional e a experiência dos produtores são características pessoais que determinam as decisões sobre a adoção de novas práticas na agricultura familiar”.

GRÁFICO 7 – Nível de escolaridade da família



Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

De acordo com os dados sobre o nível de escolaridade da família, demonstra baixo nível de qualificação dos agricultores familiares da comunidade Brasileira. O pouco tempo de estudo fez com que muitos jovens buscassem outro tipo de trabalho assalariado, maioria das vezes de remuneração baixa e em situação de risco, como o corte de cana, ao invés de trabalhar em suas respectivas propriedades com vistas a promover o desenvolvimento da agricultura na comunidade onde residem. Assim sendo, é necessário que os processos educativos para os agricultores de base familiar promovam a possibilidade de permanência no campo com qualidade de vida e sustentabilidade.

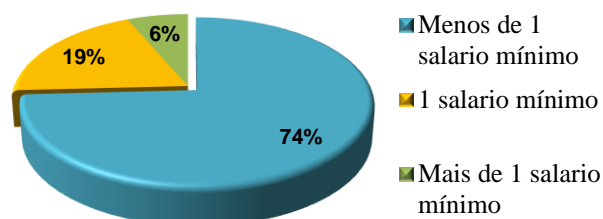
Dados socioeconômicos da família

No último bloco do questionário foram coletados os dados socioeconômicos das famílias, no intuito de identificar a renda, as principais atividades econômicas, os produtos cultivados, a comercialização e a existência ou não de organização dessas atividades.

Como pode ser observado no gráfico 8, a renda de 74% dos agricultores familiares da comunidade Brasileira, conforme dados coletados na pesquisa, não alcança um salário mínimo mensal. Isso revela a necessidade de se pensar novas alternativas para trazer um incremento à geração de renda das famílias desses agricultores, seja com o desenvolvimento

de novas técnicas agrícolas, com a organização da produção, de modo que aperfeiçoe os resultados obtidos, com vistas a agregar mais valor aos produtos ora produzidos, ou com a criação de atividades não agrícolas, como é o caso do artesanato em geral.

GRÁFICO 8 – Renda mensal da família



Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

Embora essa renda não chegue a um salário mínimo, é possível perceber que é ela a responsável pelo sustento da família, pois esses agricultores vivem com o pouco que conseguem colher na agricultura, mesmo enfrentando condições pouco favoráveis eles mantêm uma base mínima de recursos que garante a viabilidade econômica da renda familiar.

Como mencionado no gráfico 9, a agricultura familiar, a pecuária e a pesca, são as principais fontes de renda dessas famílias, e representam 91% do total dos entrevistados, sendo possível observar a importância dessas atividades para as famílias da comunidade, até mesmo nos relatos das entrevistas, como no do agricultor Oliveira³ onde menciona que a renda da sua família

“vem da roça, agente planta e quando o ano é bom de chuva conseguimos colher que dá pro sustento da família e ainda conseguimos vender um pouquinho...”

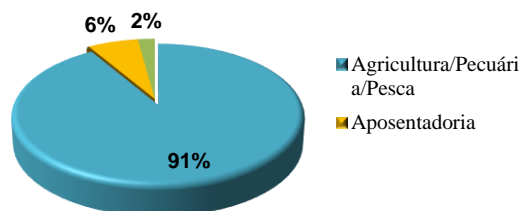
Observa-se ainda, que os agricultores sofrem com o problema da estiagem, que se intensificou nos últimos dois anos dificultando a produção e a geração de renda, o que pode ser visto na fala do agricultor Pereira, quando diz que a renda

“vem da terra, do que a gente planta, da criação de gado e também temos uma ajuda com o bolsa família. Mas, de uns tempos pra cá tá muito difícil porque com essa seca aí a o que a gente planta às vezes nem dá pra colher, o gado tá morrendo, tá muito difícil pra gente aqui”

Esse problema de estiagem é vivenciado por todos os agricultores familiares localizados no semiárido nordestino, onde os sistemas de produção são caracterizados pela fragilidade diante das secas, havendo a necessidade de desenvolverem técnicas e formas de produção para melhor conviverem com essa dificuldade.

³ Todos os nomes citados neste trabalho são fictícios, no intuito de preservar a identidade dos entrevistados.
Revista Desenvolvimento Social Nº 20/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

GRÁFICO 9 – Principal fonte de renda da família



Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

Dessa forma, observa-se que em 91% das famílias que entrevistamos e que trabalha com alguma atividade vinculada à agricultura familiar, ela é a principal fonte de renda, e como mostrado no gráfico 8, encontra-se abaixo do salário mínimo vigente no país, muitas vezes sendo complementada por programas sociais como o bolsa família, mostrando a urgência de melhorias na agricultura para potencializar a renda desses agricultores, juntamente com a pecuária e a pesca, para que garanta a sustentabilidade das famílias na comunidade.

Diante disso, podemos perceber que a agricultura, a criação e a pesca são as atividades mais importantes e típicas da economia na Comunidade Brasileira, no entanto, não impede, que os moradores façam escolhas individuais entre as ações sociais econômicas mais convenientes à sua experiência pessoal. (SILVA, 2010).

Outro dado que revela a importância da agricultura familiar na comunidade é a questão da alimentação familiar. Em 65% das famílias entrevistadas parte dos produtos utilizados no sustento delas é cultivada na propriedade. Esse dado revela que apesar da renda ainda baixa, os agricultores familiares da comunidade Brasileira não precisam comprar alguns dos alimentos da cesta básica. O que pode ser comprovado na fala do agricultor Rodrigues

“ah, é importante porque o que planto não preciso comprar em supermercado, igual o feijão, a farinha, aí é menos uma coisa pra comprar. E quando dá a gente vende também e já ajuda pra comprar outras coisas, né(...)”

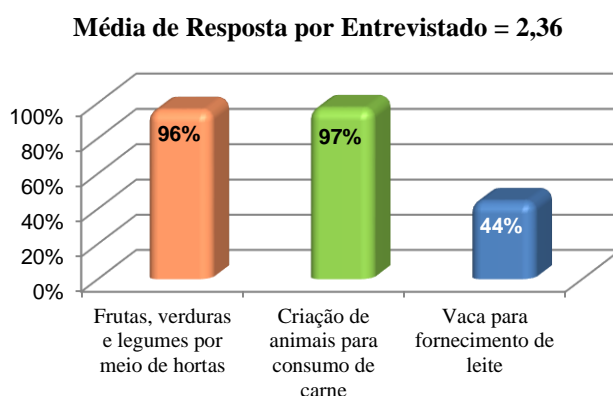
Isso traz para os agricultores familiares da comunidade um significado muito importante, ver o fruto do seu trabalho na própria mesa os leva a um sentimento de gratidão e reconhecimento. Silva (2010, p.86) relata que “o sentimento de que o trabalho da roça seja o criador de riquezas e a base da sustentação da família é parte de uma concepção cultural que considera indigno o indivíduo dispor de terra e ser obrigado a vender a sua força de trabalho para outrem”, já que é possível retirar o sustento da família no trabalho na própria comunidade, através da utilização dos recursos naturais disponíveis como terra e mão-de-obra.

Como mostrado anteriormente, parte dos produtos consumidos pelos agricultores familiares são cultivados na comunidade. Desses produtos os que mais se destacam são os grãos, as frutas, as verduras e os legumes, que estão presentes na mesa de 97% das famílias entrevistadas, e a criação de animais para consumo de carne que tem o percentual de 96%. Na entrevista com o agricultor Rodrigues, o mesmo confirma os dados quando diz

“eu crio gado, galinha, e planto feijão, milho, abóbora, gergelim, mandioca, melancia”.

Assim pode observar, como demonstra o gráfico 10, a importância da agricultura para o sustento das famílias e a obtenção de renda, sendo que os principais plantios da agricultura: o feijão, a mandioca e o milho, são fundamentais para a alimentação das famílias ao longo do ano e para complementar, no caso do milho, a ração das galinhas e dos porcos no período de estiagem, entre junho e novembro (SILVA, 2010).

GRÁFICO 10 - Produtos cultivados para consumo próprio



Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

As médias de cultivo desses produtos serão mostradas no gráfico 11, onde constata-se que as plantações com mais frequência de cultivo são o milho e o feijão, ou seja, o plantio é realizado todos os anos e fazem parte da cultura local. Percebe-se ainda que a produção menos frequente é a de hortaliças, onde algumas das famílias plantam de forma rara, o que ocasiona pouca oferta na comunidade sendo necessário adquiri-las na cidade. Como mostrado nos relatos dos agricultores abaixo

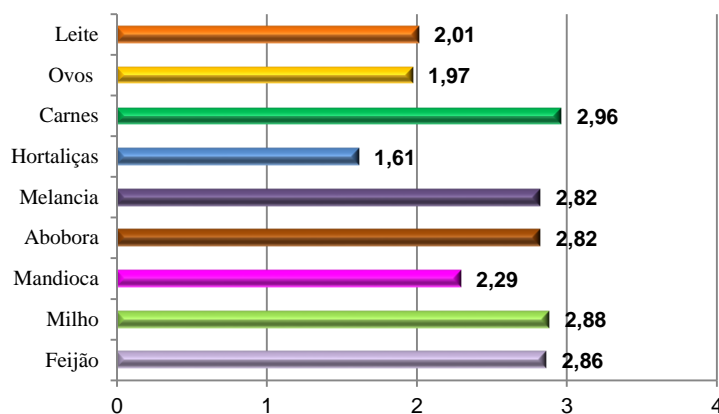
Eu crio gado, galinha e planto feijão, milho, mandioca, melancia, abóbora. (Pereira)

Quando o ano é bom de chuva agente planta de tudo um pouco, milho, feijão, abóbora, melancia, mandioca, meu marido tem umas cabeças de gado, eu crio galinhas (...). (Borges)

Eu planto feijão, milho, mandioca, abóbora, melancia, e crio gado e umas galinhas. Mas nessa seca, tá muito difícil pra plantar, o que a gente planta tá morrendo tudo e os gados também não tá aguentando essa seca não. (Vilaça)

Esses produtos são cultivados pelas famílias da comunidade de forma tradicional, assim, quando as chuvas são frequentes a colheita é maior e conseqüentemente a venda de excedentes também. É possível notar ainda uma diversificação de produtos nos plantios dos agricultores, isso é comum na agricultura familiar, uma vez que é vista com estratégia de aversão ao risco de perdas na produção de um cultivo, decorrentes de alguns fatores como problemas climáticos, por exemplo, o que possibilita que outro produto assegure a renda e o sustento da família (BUAINAIN et. al, 2007).

GRÁFICO 11 – PRODUTOS MAIS CULTIVADOS (MÉDIA)



Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

Logo de acordo com os dados obtidos por meio das entrevistas e dos questionários, a produção familiar da comunidade baseia-se principalmente no cultivo de melancia, abóbora, milho e feijão. Esses alimentos são importantes pois compõem a mesa das famílias e diminuem a despesa de supermercado.

Nessa lógica, 83% dos agricultores foram unânimes em afirmar que não comercializam a venda de excedentes da produção. Buainain et. al (2007, p. 64), mencionam que “a maior parte dos agricultores familiares nas regiões mais distantes, com acesso difícil aos mercados, sem outras opções de sobrevivência, plantam produtos ou se dedicam a atividades agropecuárias consideradas de subsistência”. No entanto, embora os questionários apresentem esses dados percebe-se, na análise das entrevistas, que existe comercialização de excedentes quando a produção é maior. Em entrevista com o agricultor Silva ele afirma que a colheita

“(...) mau tá dando pra comer, imagina pra vender. Mas quando dá a gente vende aqui mesmo na comunidade. Vende um saco de feijão pra um, um gado pra outro e assim a gente vai levando”.

Isso acontece por que a agricultura da comunidade ainda se mostra bastante vulnerável à questão da seca que dificulta a plantação no período certo, fazendo com que os agricultores tenham uma colheita menor, logo, as vendas acontecem ocasionalmente quando as chuvas são regulares e possibilita uma boa safra, não havendo na comunidade uma comercialização em grande escala e em todas as épocas do ano. No relato de Souza ele aborda os problemas ocasionados pela estiagem

Como eu falei pra vocês a gente aqui não vende muito porque a roça não tá dando quase nada, mas quando dá um pouco mais, ai eu vendo aqui mesmo na comunidade pros moradores. Não estou vendendo pra fora não, porque com essa seca ai, o que a gente colhe é pouco, nem dá pra vender pra outros locais.

Vemos nos relatos dos agricultores, que a escassez de chuvas é o principal problema que dificulta a comercialização, já que eles têm produzido bem menos como a seca. Essa comercialização baixa dos agricultores familiares na visão de Buainain et. al (2007, p. 64), não pode ser considerada sempre como algo ruim, pois pode ser vista muitas vezes como “uma estratégia absolutamente racional nas condições nas quais estão inseridos esses

agricultores”, pois eles podem enfrentar sérios problemas como a fixação de preços, baixa produção, entre outros. O autor ainda deixa uma indagação “por que deveriam comprar ração se podem produzir milho a um custo de oportunidade mais baixo?” sugerindo que os agricultores familiares, diante de um conjunto de restrições, desenvolvam decisões e estratégias racionais para viabilizar o fortalecimento da sua produção.

Quando perguntado se havia dificuldade na comercialização, 63% das famílias responderam que não. Isso se explica pelo fato dos produtos serem vendidos na própria comunidade e também por acontecer em pequena escala e de forma ocasional. Todavia, nas entrevistas os agricultores mencionaram dificuldades para comercializar os produtos, a maioria em negociar preços, como é o caso do agricultor Vilaça

“(...) fica difícil para conseguir um preço melhor. Se não fosse a seca, a gente ia conseguir colher mais e quem sabe até conseguir um comprador que pagasse mais”.

Essa contradição acontece pelo fato de que as entrevistas foram realizadas com os agricultores que mais produzem, por essa razão, encontram dificuldade para comercializarem a produção e como mostrado anteriormente, muitas vezes eles preferem estocar a produção, ou vender na própria comunidade para não terem perdas financeiras muito significativas. É possível perceber ainda, no relato de vários autores que tratam do tema da agricultura familiar, que a dificuldade da comercialização é um dos grandes problemas enfrentados por esses agricultores, como é o caso de Buainain et. al (2007, p. 65), quando afirmam que “copiosos estudos revelam que a dificuldade de comercialização é uma dos principais entraves para o desenvolvimento da agricultura familiar”, deixando clara a necessidade da utilização de políticas públicas que reduza esse problema.

Observa-se ainda, com base nos dados da pesquisa apresentados no gráfico 12, que a produção agrícola da comunidade acontece de forma individual, os agricultores familiares não são organizados e não buscam nenhum órgão para auxiliá-los na produção. A terra é de uso coletivo, mas cada agricultor tem seu espaço para plantar e conta somente com a ajuda da família ou de algum vizinho. Podemos confirmar isso na fala do agricultor Silva, quando trata da inexistência de um grupo organizativo na comunidade que possa ajudar na produção

“ah, tem não, aqui cada um tem sua plantação, e planta do seu jeito, vende como quer, ninguém ajuda na venda não”.

No entanto, foi constatado nas entrevistas que no Quilombo Rio das Rãs, incluindo a comunidade de Brasileira, existe uma associação que trata de assuntos em geral, como a agricultura. Porém, esse órgão tem uma atuação restrita devido a grande extensão do quilombo e a alguns problemas que ocorreram, não desempenha nenhuma função de fortalecimento da agricultura familiar local. O agricultor Souza relata isso em uma de suas falas

Aqui cada um planta sozinho, com a ajuda da família e não tem nenhum grupo que ajuda a gente produzir e muito menos a vender. A única coisa que tem aqui é a associação, mas ela não meche com isso não. Ela ajudou muito aqui na época da luta pela terra. Eu mesmo fui um dos fundadores. E hoje ajuda o povo quando precisa de algum documento da terra.

Como mencionado na fala do agricultor Souza e observado durante a pesquisa, essa associação desempenha o papel de organizar as pessoas quanto às questões sociais, aos direitos dos quilombolas, na luta por melhores condições de vida e contra injustiças diversas

que esse povo pode sofrer. Constata-se em algumas falas, a importância da associação local, como na do agricultor Oliveira quando diz

“ah, a associação daqui resolve questões de documentos, de aposentadoria, dos movimentos de cultura da comunidade, mas para ajudar mesmo pra gerar renda, ela não faz não”.

Entretanto, é notória em muitos relatos, a crise pela qual esse órgão está passando, como o agricultor familiar Souza alega

A associação ajuda do jeito que pode, mas tá muito enfraquecida, mesmo assim ela corre atrás das coisas, igual o Projeto mesmo das casas foi a associação que correu atrás. E acho que a gente precisa pensar em alguma coisa pra gerar renda e emprego na comunidade já que trabalhamos na roça e com a seca perdemos quase tudo que plantamos. Os jovens estão buscando emprego fora, no corte de cana, na colheita de laranja, no Projeto Formoso, enquanto poderia tá trabalhando aqui na comunidade, ajudando a família, mas pra isso eles precisam de algum projeto pra poder querer ficar aqui.

Diante dos relatos expostos, é possível perceber que os agricultores familiares da comunidade Brasileira têm interesse em participar de um grupo que organize a produção agrícola local, no entanto, eles não vêem a associação já existente como forma de organização, isso por que, para eles esse órgão encontra-se com problemas e seria necessário o surgimento de outra instituição que tivesse a função de desenvolver essas atividades.

No que se refere aos problemas para organizar a produção, o item que apresentou maior percentual foi a dificuldade de trabalhar em equipe. Isso se dá pelo fato da comunidade já ter experiências em trabalho desse tipo, e por algum entrave fracassaram. Esse problema foi citado durante a aplicação dos questionários, e registrados também nas entrevistas como veremos nas falas dos agricultores a seguir.

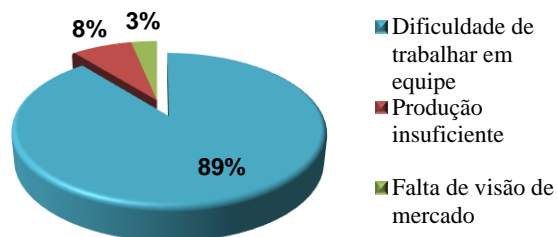
Com certeza existe, principalmente porque aqui o povo não tem muita união. Quando começa um negocio aqui em grupo fica tudo empolgado, mas depois começa as brigas aí logo acaba. O certo seria trabalhar em grupo mesmo, pois a terra é uma só, mas falta união. (Silva).

Eu acho que tem dificuldade sim. Muitas vezes as pessoas não entendem as outras, quando eu tava a frente da associação mesmo, passei por muitas dificuldades porque tem gente que só sabe criticar, quando uma coisa não dá certo é hora do grupo juntar pra resolver, mas sempre todo mundo vira as costas. (Souza).

Tem sim, e muitas! Cada um pensa de uma forma né, é ai onde o bicho pega! Por que coisa difícil e lidar com gente, nunca vi bicho ruim igual gente!! (Borges).

Essa dificuldade de trabalhar em grupo tem uma justificativa generalizada: o fato dos agricultores terem tentado realizar alguns projetos na comunidade e não obtido êxito. Mas é preciso que a comunidade busque um projeto que se enquadre nas suas reais condições para implementação e manutenção, pois muitas vezes os projetos não condizem com a realidade local e acabam por gerar problemas e intrigas na comunidade chegando ao fracasso.

GRÁFICO 12 - Fatores que impedem a organização da produção

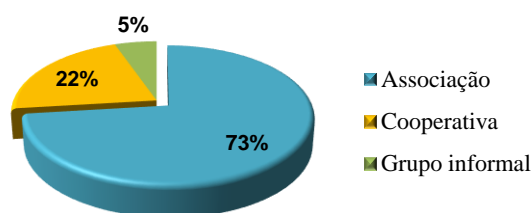


Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

Diante disso, é preciso que esses agricultores despertem para os benefícios obtidos com a organização da produção, para que eles superem essas tentativas fracassadas do passado. Para isso é necessário que eles obtenham informações sobre como se organizar e as vantagens que podem obtidas através dela. Buainain et. al (2007, p. 100), argumentam que “a organização geralmente resulta em mais e melhor informação, maior comprometimento com o sucesso do projeto e amparo dos mecanismos coletivos de planejamento e gestão das atividades”, uma vez que unidos em prol de um objetivo, os agricultores terão mais força para lutar pelo seu sucesso e até mesmo para conseguirem melhorias na obtenção de crédito agrícola, nas condições de produção e na comercialização. (PINHEIRO, 2001)

Durante a pesquisa, como pode-se observar no gráfico 13, foram sugeridas três opções para que as famílias pudessem organizar sua produção, foram elas: associações, cooperativas e grupos informais. Dentre essas opções 89% dos agricultores familiares que responderam os questionários optaram por associações. Isso deixa claro o interesse deles em estar organizados, em fortalecer a agricultura local. No entanto, eles ainda não percebem a possibilidade de utilizar a associação já existente como forma de se organizar e buscar melhorias para a agricultura da comunidade.

GRÁFICO 13 – Formas associativas com interesse na participação



Fonte: pesquisa de campo, elaboração própria, 2013

Esses dados apresentados possibilitam o conhecimento da realidade da agricultura familiar na comunidade de Brasileira, uma comunidade que integra o Quilombo Rio das Rãs, e que dispõem de recursos como terra e mão-de-obra suficiente para desenvolver uma agricultura forte e integrada. Tendo uma população que vive basicamente do desenvolvimento de atividades vinculadas à agricultura, mas que ainda se apresenta em um trabalho individual e sem organização produtiva.

CONCLUSÃO

A agricultura familiar é importante no meio rural, pois tem como base o trabalho dos membros da família no processo produtivo, além de manter valores e saberes tradicionais na forma de produção e na preservação do meio ambiente. Entretanto, a falta de organização produtiva prejudica muitas vezes, o fortalecimento e o desenvolvimento da mesma.

Com base nos resultados obtidos e nos autores que embasam essa pesquisa, pode se observar que a agricultura familiar desempenha um papel importante no país, tanto na produção de alimentos como na geração de renda, no entanto, na comunidade Brasileira ela ainda se apresenta enfraquecida. A partir da observação, e da análise dos questionários e das entrevistas, foi possível perceber que a agricultura familiar da comunidade ainda necessita de incentivos, investimentos, assistência técnica, no sentido de tornar essa produção organizada para que possa melhorar a renda das famílias.

Na análise dos dados que tratam do perfil do agricultor familiar, foi possível observar que os mesmos apresentam uma idade avançada, baixo nível de escolaridade, tendo poucos jovens trabalhando no campo. Esses fatores implicam no registro de uma agricultura pouco desenvolvida, com ausência de organização, de novas técnicas de produção, de manejo, de convivência com a seca, por exemplo. Assim, a agricultura vai perdendo força e importância entre as famílias, fazendo com que os jovens busquem trabalho em outras atividades, ou saia da comunidade em busca de emprego. A idade avançada desses agricultores que persistem na agricultura, preocupa pelo fato de os mais jovens perderem interesse nessa atividade, comprometendo o futuro da principal fonte de renda das famílias e dos saberes tradicionais, como mostram os dados da pesquisa.

Outro dado que chama bastante atenção é a quantidade de adolescentes e jovens de até 21 anos, eles são a maioria da população da comunidade e o seu futuro também. Esse número mostra que é preciso engajar esses jovens nas atividades do campo de forma que desperte o interesse deles para a importância da agricultura familiar, para que eles não vejam esse trabalho como ultrapassado, árduo, sem retorno. É essa força jovem que precisa buscar conhecimentos para organizar a produção, para ter acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar que muitas vezes os agricultores não conhecem.

O êxodo de jovens há alguns anos atrás era justificado pela falta de recursos que o campo não oferecia como educação, saúde e entretenimento. Foi observado durante a pesquisa que na comunidade muitos desses fatores já se apresentam favoráveis à permanência desses jovens, como a presença de escola de nível fundamental e médio, quadra de esporte, unidade de saúde, meios de comunicação, como telefone celular e até mesmo internet, deste modo, o fator que ainda favorece a saída deles é a falta de perspectiva no crescimento da agricultura e a falta de organização das atividades vinculadas a ela.

Medidas podem ser tomadas para a permanência desses jovens no campo possibilitando o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, como por exemplo, o PNAE e o PAA, que gerarão renda para a comunidade. Esses jovens também podem se organizar para acessar as linhas do PRONAF e investir nas atividades agrícolas.

Foi constatado ainda, que a renda das famílias da comunidade provém principalmente da agricultura familiar, no entanto, esse segmento está gerando uma renda muito pequena para os agricultores, estando abaixo de um salário mínimo, o que deixa claro a necessidade de organização desses agricultores para aumentar a renda e para viabilizar a reprodução econômica da maioria das famílias.

Também foi possível perceber que muitos fatores têm limitado a comercialização dos produtos agrícolas, sendo o mais grave deles as condições climáticas. Nos relatos dos agricultores, foi mencionado o problema de longos períodos de estiagem que vem

acontecendo há alguns anos e tem prejudicado muito, uma vez que a colheita acontece de forma irregular, em pouca quantidade, chegando a épocas que se perde toda a plantação.

Outro fator prejudicial para a comercialização observado durante a pesquisa é a falta de união entre os produtores. Foi constatado na comunidade que os agricultores produzem e comercializam de forma individual, deixando de lado o trabalho em grupo que beneficiariam os mesmos, já que organizados de forma associativa eles teriam mais facilidade para acessar políticas públicas, que ajudaria no enfrentamento da seca e de outros problemas na produção.

Para que os agricultores desenvolvam suas atividades de forma organizada é necessário instituir um órgão que os represente. Durante a coleta de dados foi constatado a existência de uma associação que representa todas as comunidades do território do Quilombo Rio das Rãs. De acordo com os relatos das entrevistas, esta instituição tem como papel organizar a vida social da população e executar atividades em prol de todo o Quilombo. Entretanto, ela não é procurada pelos agricultores para auxiliá-los no acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, acredita-se que isso acontece pela falta de conhecimento dos mesmos sobre as políticas existentes, sobre as formas de organização, pois durante a pesquisa eles se mostraram interessados em organizar a produção, mas se mostraram sem orientação de como agir para que isso aconteça.

Sabe-se que existem várias políticas específicas para a agricultura familiar. No entanto, durante a coleta de dados constatou-se que esses agricultores não conhecem essas políticas, o que dificulta o acesso dos mesmos. Desse modo, é preciso levar ao conhecimento desses agricultores, através de reuniões, palestras, quais as políticas direcionadas para a agricultura familiar, o papel de cada uma, e os trâmites necessários para acessá-las, pois, por meio delas os agricultores têm a possibilidade de aumentar sua produtividade, gerando ocupação e renda para a família.

Essas políticas públicas podem ainda, estimular uma melhor organização dos agricultores, tanto no gerenciamento de sua propriedade, como em grupos, no âmbito das associações. A união desses agricultores, através de organizações associativas, pode abrir novas oportunidades de mercado, uma vez que eles estão mais preparados para responder a novas exigências.

Ao finalizar o presente trabalho se faz necessário ressaltar que todos os objetivos propostos foram alcançados de forma satisfatória e que as considerações têm o intuito de contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar na comunidade de Brasileira, não desmerecendo o trabalho desenvolvido pelos agricultores familiares dessa comunidade, que já enfrentaram diversos obstáculos para conseguirem os recursos que hoje possuem, sendo o principal deles a liberdade de trabalhar nas terras que conquistaram por direito, e que ainda enfrentam tantas outras dificuldades para obterem o sustento de suas famílias na execução dessas atividades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo: **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed São Paulo: Edusp, 2007. 296 p.

ALTAFIN, Iara: **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar**. 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br> Acessado em: Out. 2013.

AMORIM, Itamar Gomes; GERMANI, Guiomar Inez. **Quilombos da Bahia: Presença Incontestável**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/>, Acessado em: Jul. 2014.

Revista Desenvolvimento Social Nº 20/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

BUAINAIN, Antonio Marcio (Coord.). et al. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. 1ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Código civil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. 342 p.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____, Decreto nº 4.887. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF, 21 de nov. de 2003.

_____, Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF: 2000.

_____, Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF: 2012.

_____, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF, 25 de jul. de 2006.

_____, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF, 16 de jun. de 2009.

CAMPOS, Rafael Albuquerque: **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Município de Campina da Lagoa/PR**. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/> Acessado em: Out. 2013.

CHALITA, Marie Anne Najm: **Cultura, Política e Agricultura Familiar: a identidade sócio-profissional de empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista**. 2004. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tese/tese-02.pdf>. Acessado em: Maio, 2014

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 6. Ed. São Paulo: Ltr, 2007.

DUTRA, Mara Francisca Fonseca: **Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica**. Rio de Janeiro: KOINONIA presença ecumênica e Serviço, 2011. 140 p.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. **Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira-BA (1982-2004)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC, São Paulo: 2007.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Injuí: Ed. Unijuí, 2012. 162 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUARESCHI, N. **Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência**. In: STREY, Marlene (Org.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GUILHOTO, Joaquim J. M., SILVEIRA, Fernando G., AZZONI, Carlos R., ICHIHARA Silvio M.: **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 44 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades 2014**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acessado em: Abr. 2014.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura: **Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas**, disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acessado em: Abr. 2014.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: MDA/NEAD, 2005. 136 p. Disponível em: <http://www.nead.org.br>. Acessado em: Mar. 2014.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. 2. ed., rev. e ampl., San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino: **Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento**, In: TOMO, disponível em: <https://www.google.com.br/url?>. Acessado em Maio, 2014.

PINHEIRO, Diógenes. **A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores**. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 337-365.

SABOURIN, Eric: **Camponeses no Brasil: entre e pratica mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SANTOS, A. GOIS, F. F. **Microcrédito e desenvolvimento regional**/Fundação Paulo Bonavides. Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas. –Fortaleza: Premium, 2011. 384p

Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas. SEBRAE. **Associação: Série de empreendimentos coletivos**. Disponível em: <http://bis.sebrae.com.br/> Acessado em: 21/07/2010.

SILVA, Kilson Rayff Dantas: **Análise da Comercialização e do Impacto do PAA e do PNAE na condição de vida das famílias agricultoras de Bananeiras, na Paraíba**. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/>. Acessado em: out. 2013.

SILVA, Valdélino Santos. **Rio das Rãs à luz da noção de quilombo**. In: Dossiê Remanescentes de Quilombos. *Afro-Ásia*. Salvador: EDUFBA, n.23, 2000(1999?), pp. 267-295.

_____, **Rio das Rãs e Mangal: Feitiçaria e poder em territórios quilombolas do Médio São Francisco**. Tese (Mestrado). 2000.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de (Org.); BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Edufscar, 2005. 359 p.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/> Acessado em: out. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª Ed, São Paulo, Atlas, 1987.

VARGAS, Daiane Loreto de. **Políticas Públicas e Diversidade na Agricultura Familiar: um Estudo do PRONAF em Cachoeira do Sul/RS**. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/> Acessado em: Ago. 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisas em Administração**. São Paulo: Altas, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural> > Acesso em 18/10/2016.

Recebido para publicação em 7 de janeiro 2017
Aceito para publicação em 21 de março de 2017